



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – 08/11/2012**  
**ATA 17/2012**

1  
2  
3  
4  
5

6 Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na Sala de Reuniões  
7 da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília, situada à na SCS Quadra 09 Lote C Torre A 12º  
8 Pavimento, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério  
9 Público dos Estados e da União, estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores:  
10 Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de Justiça do Acre; Geraldo Magela Barbosa Pirauá,  
11 Procurador de Justiça, representando Eduardo Tavares Mendes, Procurador-Geral de Justiça de  
12 Alagoas; Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, Francisco das Chagas  
13 Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Marcus Renan Palacio de Moraes  
14 Claro dos Santos, Promotor de Justiça, representando Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante  
15 Machado, Procuradora-Geral de Justiça do Ceará; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de  
16 Justiça de Goiás; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Antônio  
17 Siuf Neto, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul; Antônio Eduardo Barleta de  
18 Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral  
19 de Justiça da Paraíba e Presidente do CNPG; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do  
20 Paraná; Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco; Zélia Saraiva  
21 Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do  
22 Rio de Janeiro; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do  
23 Norte; Daniel Sperl Rubin, Procurador de Justiça, representando Eduardo de Lima Veiga,  
24 Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Fábio Bastos Stica, Procurador-Geral de Justiça  
25 de Roraima; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Maria Creuza Brito  
26 de Figueiredo, Procuradora de Justiça, representando Orlando Rochadel Moreira, Procurador-  
27 Geral de Justiça de Sergipe; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar  
28 e Procurador-Geral do Trabalho. Iniciando os trabalhos, Doutor Oswaldo Trigueiro, Presidente do  
29 CNPG, saudou os presentes, em especial ao Procurador-Geral anfitrião, Dr. Luis Camargo,  
30 agradecendo-lhe pela excelente recepção, assim como a todos os Procuradores-Gerais e  
31 representantes que estiveram na solenidade de sua posse na Presidência do CNPG. Falou também  
32 da nova formatação das reuniões do CNPG, com a introdução de uma pauta política e outra  
33 institucional, sendo a pauta política inaugurada com a presença do Senador Pedro Taques,  
34 originário do Ministério Público, estando aqui em nossa reunião para discutir conosco pontos de  
35 integração do Ministério Público com o Congresso Nacional. Após, o presidente passou a palavra  
36 ao anfitrião, Dr. Luis Camargo, que deu as boas vindas aos colegas integrantes do CNPG, dizendo  
37 sentir-se honrado em receber o CNPG e o Senador Pedro Taques, desejando a todos uma  
38 excelente reunião, agradecendo, ainda, em especial ao Dr. Oswaldo, presidente do CNPG, pela  
39 oportunidade de sediar a 1ª Reunião do CNPG sob a sua presidência. Em seguida, a presidência  
40 passou a palavra ao Senador Pedro Taques, que primeiramente, como senador Presidente da  
41 subcomissão de Segurança e Membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, agradeceu ao  
42 convite para participar de tão importante reunião, e em nome do amigo Marcelo Ferra saudou a  
43 todos os presentes. De início, informou que fora Procurador da República durante 15 anos e pediu  
44 exoneração do MPF para que pudesse se candidatar ao Senado da República, salientando que os



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1 votos que teve foram em razão de sua atuação como Procurador da República, notadamente junto  
2 com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e os votos que não teve foram em razão de  
3 sua atuação junto ao Ministério Público Federal. Falando da interlocução do Ministério Público  
4 com o Senado, informou que sempre teve uma grande dificuldade como membro do MP em falar  
5 com políticos, sentindo-se comprometido na sua atuação institucional por ter que conversar com  
6 políticos, manifestando o equívoco e infantilidade de sua parte, afirmando que naquele momento  
7 o MP vivia de uma forma que denominou “MPCENTRISMO”. Falou que no começo de sua vida  
8 parlamentar, era muito difícil conversar com outros parlamentares em razão da sua vida pretérita  
9 no MPF., entendendo que o MP deve avançar, sem abrir mão de seus princípios institucionais,  
10 superando tais ranços com a classe política, os quais ele também tinha. Para ele, é impossível,  
11 hoje, o MP como instituição, manter a suas garantias e as de seus membros, sem uma  
12 interlocução institucional com o parlamento. Porém, por um erro histórico, o MP abriu mão de  
13 sua capacidade política passiva, e isso não foi nenhum senador ou deputado que o fez, e sim,  
14 membros do MP quando da proposta de emenda da Constituição que resultou na emenda 45.  
15 Para o senador, o afastamento do MP da política partidária trouxe um grande prejuízo para a  
16 instituição. A título de exemplo, informou que a Constituinte de 88 contava com 35 membros do  
17 MP. Atualmente, o MP só possui 04 representantes no Congresso Nacional, três na Câmara e um  
18 no Senado, que é o próprio convidado do CNPG, enquanto outras instituições, outras carreiras de  
19 Estado, possuem representantes que fazem a defesa de suas instituições. Continuando, para ele  
20 esse é um ponto que o CNPG e o CNMP devem colocar olhares nessa reflexão. Outro assunto  
21 importante para o Senador é que os MPs devem manter uma interlocução permanente com a  
22 bancada de parlamentares de seus estados, para que pudessem discutir temas de interesse do  
23 Ministério Público. Falou de outro ponto importante, solicitou o auxílio de todo o colegiado do  
24 CNPG, para que nos projetos de interesse do Ministério Público, ele possa receber o auxílio do  
25 CNPG para defender tais interesses. Falou que já tem uma parceria muito boa com a CONAMP,  
26 necessitando do estreitamento dos laços com o CNPG. Disse que sempre recebe reclamação dos  
27 parlamentares sobre a atuação do Ministério Público, sempre respondendo que o MP e o seu  
28 membro, não podem abrir mão de suas funções institucionais e seu dever constitucional de  
29 manejar essas ações. Também falou que existem algumas proposições do Legislativo, no sentido  
30 de retirar as garantias e atribuições do MP, sendo interessante o CNPG ter mais atenção a tais  
31 casos. Como exemplo, citou a PEC 37, a PEC da ATS, dentre outras. Salientou, que mais do que  
32 falar, quer ouvir o CNPG, para a construção de uma legislação de interesse do MP, com a  
33 participação do Senado da melhor maneira possível, colocando o seu gabinete à disposição do  
34 CNPG, querendo que o seu mandato seja participativo com um diálogo direto com o  
35 Ministério Público, este participando efetivamente das discussões das emendas dos  
36 parlamentares, porque assim estará o MP participando da concretização de políticas públicas, não  
37 podendo o MP ser titular constitucional da ação, sem participar da formulação e construção das  
38 políticas públicas de segurança. Por fim, reiterou que se coloca à disposição de todos para o  
39 debate, sendo uma honra, como senador da república, falar com membro do MP, em prol da  
40 melhoria da instituição, enfatizando que precisa da colaboração deste Colegiado, neste momento  
41 significativo de construção legislativa do Brasil. O presidente do CNPG, teceu algumas  
42 considerações, no sentido da importância de ser fortalecido o diálogo do MP com o Congresso  
43 Nacional. Após passou a palavra ao Dr. Claudio Lopes, PGJ d Rio de Janeiro, que demonstrou a  
44 importância da participação da CONAMP, CNPG, CNMP, em colaborar com a melhoria da relação



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1 do MP com o Congresso Nacional, o que vem sendo feito, para ele, a contento, continuou sua fala  
2 fazendo um breve agradecimento pelo período no comando do CNPG, realçando, nas palavras do  
3 senador, que de fato houvera uma época de afastamento total do MP do Congresso Nacional,  
4 ocasionando-se uma desarticulação absoluta nas relações. Nesse sentido, falou que há cerca de  
5 uns dois anos, foi criado um Comitê Gestor, onde todo o CNPG, o próprio CNMP e as associações  
6 de classe hoje participam, capitaneada pelo Presidente da CONAMP. Também asseverou que  
7 entende ser muito importante a aproximação do MP com Congresso Nacional, agradecendo, ao  
8 final, pela brilhante participação do Senador Pedro Taques. Em seguida, a presidência passou a  
9 palavra ao Dr. Manoel Onofre, PGJ do Rio Grande do Norte, o qual saudou a todos os presentes,  
10 em especial o presidente que assume e o anfitrião da reunião. De início, ponderou como  
11 importantes as colocações do Senador, afirmando que, cada vez mais, o MP e o próprio CNPG,  
12 tem que se profissionalizar, mostrar a sociedade o resultado concreto de suas ações. Um MP  
13 profissionalizado, aumenta a sua capacidade de luta e de enfrentamento, mostrando claramente a  
14 sociedade que todas as suas ações estão baseadas em provas concretas, robustas. Para ele, é este  
15 o diferencial do MP na atualidade, devendo compatibilizar, dentro desse profissionalismo  
16 almejado, as suas prerrogativas constitucionais e o relacionamento com o Legislativo. Ao final,  
17 com vidou o Senador Pedro Taques para participial do Encontro Estadual do MP Potiguar no dia  
18 07/12. Novamente com a palavra, o Senador Pedro Taques disse que aceitava o convite do PGJ  
19 potiguar, continuou dizendo que queria afastar qualquer impressão que possa ter deixado de que  
20 estaria pedindo calma ao MP, na verdade, pediu que o MP continue exercendo as suas atribuições,  
21 afirmando que quem pede calma são aqueles que descumprem a lei. Reiterou que não deseja um  
22 MP em silêncio, sendo o que lhe perturba não são os corruptos e sim os silêncio daquelas pessoas  
23 que podem fazer algumas coisa e nada fazem. Para ele, o Ministério Público ideal é o MP atuante.  
24 Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Márcio Rosa, PGJ de São Paulo, o qual saudou a todos os  
25 presentes, concordando plenamente com as falas do Senador e a do Dr. Manoel Onofre,  
26 afirmando que é de responsabilidade dos PGJs, terem uma postura resolutiva dos problemas  
27 enfrentados pelo MP, e resolutivo é eventualmente demandar, judicializar, disse, ainda, que gostou  
28 muito da ideia do MP participar da formulação de políticas públicas, esquecendo posturas  
29 acomodadas do passado, entendendo que todos precisam assumir e trabalhar a unidade do MP,  
30 só existindo um único MP brasileiro, com um único perfil funcional, uma só responsabilidade, que  
31 é a de consolidar o estado social, democrático de direito. Também frisou ser importante separar a  
32 política corporativista, realizada pelas associações, da política institucional, que está ligadas as  
33 atribuições de todo o colegiado, afirmando que o que legitima a defesa das garantias,  
34 prerrogativas e vantagens do MP é uma boa atuação na atividade fim. Ao final de sua fala  
35 perguntou ao Senador qual a melhor estratégia que o MP deve adotar para melhorar o  
36 relacionamento com o legislativo. Com a palavra, o Senador Pedro Taques afirmou que prudência  
37 é muito importante, citando como exemplo o papel do MP Potiguar no ação contra a prefeita de  
38 Natal, como uma estratégia perfeita para alcançar os interesses republicanos do MP. Também  
39 reiterou que o contato com as bancadas servem para estreitar os laços, fazer com que os  
40 parlamentares conheçam o MP, sendo esse papel de educar muito interessante, conversar com os  
41 parlamentares, sem abrir mão dos princípios e função constitucional do MP. Frisou também ser  
42 interessante incentivar outros atores nessa participação, como associações, sindicatos, para não  
43 ficar o MP enfraquecido. Asseverou que a questão remuneratória está começando a afastar bons  
44 quadros, também a questão da previdência para ele constitui um tiro numa instituição forte, pois



1 se você enfraquece a remuneração, você também enfraquece uma instituição típica de Estado,  
2 como é o MP, fortalecendo-se outras, como é o caso da Advocacia Geral da União e Defensoria  
3 Pública, devendo os PGJs se preocuparem com tais instrumentos de enfraquecimento do MP  
4 brasileiro. Após, foi facultada a palavra a Marcelo Ferra, PGJ do Mato Grosso, o qual saudou a  
5 todos os presente, em especial o presidente do CNPG e o anfitrião, Dr. Camargo, continuando a  
6 agradecer ao Senador Pedro Taques, frisando que o parlamentar tem se revelado sempre um  
7 parceiro do Ministério Público Brasileiro, estando sempre com as portas do seu gabinete abertas  
8 aos interesses deste Colegiado, disse também ser uma honra ter o senador como representante  
9 do seu Estado, o Mato Grosso. Em seguida, a Presidência suspendeu a sessão, convocando a todos  
10 para participarem do lançamento da Campanha Conte até 10 do CNMP. Iniciados os trabalhos da  
11 tarde, o presidente iniciou a apresentação sobre a autonomia financeira do CNPG, falando sobre  
12 os seguinte tópicos: O que é o CNPG?; Quais os Objetivos Estatutários? Quais as formas de  
13 custeio?; Como são prestadas as contas? Contexto atual do CNPG em relação ao CNMP; Contexto  
14 normativo da Lei Nacional do MP e o alcance da autonomia associativa do CNPG. A princípio  
15 informou que por definição estatutária, o CNPG tem natureza associativa de âmbito nacional e  
16 sem fins lucrativos, composta por associados e pessoas físicas dotadas de qualificação especial,  
17 qual seja o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual e o Procurador-  
18 Geral dos diversos ramos do MPU. O estatuto nosso no art.1º, define o CNPG como uma  
19 associação de âmbito nacional sem fins lucrativos, sendo uma associação privada. Essa natureza  
20 privada em que pese ter caráter público é um impeditivo para que a gente possa avançar numa  
21 estrutura mínima de trabalho, e, acima de tudo, de representação, ou seja, sempre estamos  
22 trabalhando naquela ideia do CNPG itinerante. A gente está sempre buscando reuniões em  
23 Estados, onde existem certas dificuldades, onde existem certos atropelos, ao lado disso, nós  
24 temos ainda, a figura da criação dos grupos nacionais, lembrar que esse estatuto é de 1981, o  
25 contexto de criação dessa associação era um, hoje é outro, o que começa a dar sinais de  
26 desgastes. Com relação ao nosso ato constitutivo de acordo com o nosso estatuto, o nosso  
27 domicílio é em Brasília e o registro estatutário está no Rio de Janeiro, mas para fins de receita  
28 federal, , os dados da sede do nosso registro, era até bem pouco tempo, o Rio Grande do Sul, e na  
29 semana passada, conversando com Cláudio, ele fez a transferência do nosso registro, trazendo  
30 para o Rio de Janeiro. E ainda, fazendo uma breve consulta a Receita Federal, descobrimos que  
31 estamos com pendências desde 2007. Assim, afirmou que por ser a natureza jurídica de  
32 associação, mesmo que ela tenha essa vertente de prestação de serviços públicos, estamos  
33 encontrando várias dificuldades para realização do interesse de se buscar a autonomia financeira  
34 do CNPG. Frisou que sob o ponto de vista normativo, a questão de como está o CNPG pela lei, a  
35 gente sabe que, quando da criação do Conselho Nacional do Ministério Público, naquela Emenda  
36 Constitucional, artigo 130 A, no seu parágrafo, ele coloca quais são as atribuições do CNMP, mas,  
37 lá em um de seus artigos, ele mencionou, que de uma reunião de Procuradores-Gerais sairia a  
38 indicação dos Conselheiros do CNMP representantes do ministério Público Brasileiro. Parece-me  
39 que houve gestões políticas, porque a época o CNPG expressamente seria contemplado, e em  
40 seguida houve uma articulação para retirar a sigla CNPG e ficar com uma situação silogística de  
41 apenas uma reunião entre os Procuradores – Gerais, marcada especialmente para eleger três  
42 membros do CNMP, e a gente tem apenas essa referência legal de forma muito sutil, e assim  
43 serem colocadas. Os objetivos estatutários do CNPG. Como disse nós fomos instituídos em 81,  
44 numa situação, à época, totalmente estranha ao contexto atual e, agora temos nossas atribuições



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1 estatutárias em choque com as atribuições do CNMP. Asseverou que é o CNPG o agente condutor  
2 de todas as políticas de trabalho em unidade institucional, sendo o grande responsável pela  
3 implementação da política nacional do Ministério Público. Passando ao tópico formas de custeio  
4 do CPPG, disse o Presidente que conforme consulta realizada à Receita Federal, está o CNPG  
5 impossibilitado de receber recursos nos termos delimitados em seu estatuto, tudo isso sendo  
6 fruto de sermos itinerantes, falou da necessidade de se ter um CNPG mais organizado, para que  
7 problemas como os encontrados na Receita não se repitam. Falou que a partir do momento que  
8 se tem uma decisão política de tornar o CNPG mais forte, teremos de ter instrumentos sólidos em  
9 nosso estatuto, a exemplo de um Conselho Fiscal, para podermos controlar eficientemente nossas  
10 despesas e receitas. Asseverou que outro ponto importante são as várias convergências do CNPG  
11 com o CNMP, quer serviram para esvaziar as nossas competências, sendo verdade que a função  
12 precípua do CNMP é ser um órgão de controle, de fiscalização dos MPs. Contudo, continuo o  
13 presidente, dizendo que hoje se observa que o CNMP avançou muito, justamente no âmbito das  
14 atribuições estatutárias do CNPG, que são justamente as de promover a integração e a unidade, a  
15 política institucional nacional do MP. Asseverou que o CNPG deve voltar a ser o protagonista e  
16 fomentador do sistema da política do Ministério Público. E ainda, listou as várias comissões  
17 existentes no CNMP que fazem o mesmo trabalho dos grupos do CNPG. Falou que o CNPG precisa  
18 se fortalecer, vencer as dificuldades do ponto de vista legal, orçamentário e financeiro, precisando  
19 avançar para um modelo de CNPG mais forte. Ainda em relação ao CNMP, frisou o presidente, que  
20 devemos entender o CNMP é um grande parceiro do CNPG, mas é importante frisar que o CNMP  
21 não avança em qualquer de suas iniciativas, sob o ponto de vista de integração institucional, sem a  
22 adesão de todo o MP brasileiro. Falando sobre a possibilidade de estruturação do CNPG, o  
23 presidente falou que fez uma consulta ao grupo do MP das Fundações, recebendo resposta  
24 positiva, podendo ser feito um convênio dos MPs para financiamento do CNPG, porém com  
25 tempo predeterminado, ocasionando que com o fechamento daquele ciclo, não haveria mais  
26 possibilidade de remuneração do CNPG, sendo inviável para nós esse tipo de instrumento. Outra  
27 possibilidade passada, foi a de os estados entrarem num nível de cooperação, sem nenhum  
28 repasse de recursos para o CNPG, todos colaborando para poder se viabilizar essa representação  
29 mensal de nossas reuniões em Brasília. Como outra possibilidade, o presidente passou a situação  
30 de mexer na Lei Orgânica Nacional, colocando em seu arcabouço a existência do CNPG, com uma  
31 série de situações bem definidas, porém, também entende o presidente ser um momento muito  
32 sensível e perigoso para este tipo de debate. Finalizou, enfatizando que é chegada a hora de  
33 mudanças, repensar o CNPG e entender que ele deve ser um espaço de boas práticas e de luta na  
34 defesa das prerrogativas do MP brasileiro, tudo com unidade, estando estruturados em Brasília, o  
35 CNPG poderá chamar ministros do STF e STJ pra discussão e debate de temas de nosso interesse.  
36 Reiterou, que a autonomia financeira do CNPG viabilizará uma maior representatividade para o  
37 Colegiado e maior integração do MP brasileiro, sabendo que para se ter essa integração almejada,  
38 ela passa pela atitude de cada um dos PGJs. Em seguida, a presidência passou a palavra a Dr.  
39 Marcelo Ferra, PGJ do Mato Grosso, o qual saudou a presidência pelo estudo realizado, enfatizou  
40 a importância da centralização das reuniões do CNPG em Brasília como um facilitador para todos  
41 os PGJs, falou também que a Associação Nacional dos Tribunais de Contas e Tribunais de Contas  
42 Estaduais possuem convênio entre si que possibilita que os Tribunais de Contas façam repasses de  
43 recursos para a manutenção de suas reuniões em Brasília, sendo na mesma linha podendo ser  
44 implantando entre o CNPG e o CNMP, com as ideias seguindo o nosso estatuto, de atividades,



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1 integração, aperfeiçoamento etc, tudo que ficasse sob a responsabilidade do ministério Público  
2 disponibilizar para a realização de nossas reuniões, seja no seu estado ou na sede do CNPG que é  
3 em Brasília. Entendeu ser possível esse tipo de Convênio, se propondo a já trabalhar em uma  
4 minuta neste sentido a ser apresentada a todos os colegas. Em seguida, Dr. Oswaldo, presidente  
5 do CNPG, pediu a palavra lembrando que é de vital importância discutir-se o papel do CNPG, o  
6 que se vai exercer, pois tais mudanças redundarão na transformação do nosso Estatuto. Segundo  
7 Dr. Oswaldo é preciso avançar em discussões mais importantes para o colegiado. Passada a  
8 palavra ao Dr. Fenelon, PGJ de Pernambuco, o qual disse que o presidente foi muito feliz nas suas  
9 indagações em relação ao papel do CNPG, ressaltou que o CNMP está ocupando os espaços do  
10 CNPG, e isso não pode acontecer, sendo necessário fortalecer o CNPG. Aprovou a proposta das  
11 reuniões em Brasília, por ser a capital o centro do poder. Também ressaltou a necessidade de ser  
12 ter um foco definido, acompanhando a ideia de se buscar a autonomia financeira do CNPG, com o  
13 fortalecimento do MP brasileiro. O PGJ de Santa Catarina, Dr. Lio Marin, o qual falou que entende  
14 que o CNPG já tem o seu valor político e sua importância legal, achando muito preocupante o  
15 caminho de legalização do CNPG, pois estaremos concorrendo com o CNMP. Por outro lado, é  
16 muito preocupante colocar esse debate no Congresso, em razão da possibilidade de mudança de  
17 nossas garantias e direitos pelos parlamentares. Entendeu que montar uma estrutura do CNPG  
18 em Brasília dará uma identidade fortalecer ainda mais o CNPG, ponderando que isso implicaria em  
19 custos, sendo um complicador financeiro essa estruturação almejada, estando de acordo com as  
20 tratativas com hotéis de Brasília para a realização das reuniões do CNPG. Em seguida foi dada a  
21 palavra ao Dr. Márcio Rosa, PGJ de São Paulo, o qual afirmou que o CNPG antecede a existência do  
22 CNMP, cabendo ao CNPG ser um instrumento de construção da unidade entre os Mps, esse é  
23 papel a ser desenvolvido pelo CNPG, e não o CNMP, sendo totalmente favorável a qualquer  
24 política de valorização do CNPG, ponderou, ainda, ser favorável a ideia de ser feito um termo de  
25 cooperação entre os MPs para a estruturação do CNPG em Brasília, em formato de custeio  
26 mensal, entendendo ser fácil essa operacionalização, sendo que cada mês, um MP se obrigaria a  
27 custear as despesas de nossas reuniões. Ao final, asseverou a ser favorável a uma nova  
28 estruturação dos grupos, em razão do alto custo de ter que mandar todo mês membros para  
29 participar de encontros e reuniões fora do seu Estado. Em seguida foi passada a palavra a Dra.  
30 Ivana Cei, PGJ do Amapá, a qual saudou a todos os presentes e afirmou que a atuação do CNPG é  
31 política, devendo ser estabelecidos contatos com o STF, STJ, CNMP, CNJ, na defesa de nossos  
32 interesses, a exemplo dos orçamentos dos MPs. Em seguida, Dr. Fábio Stica, PGJ do Roraima, falou  
33 da necessidade de mudança do Estatuto do CNPG, para o alcance da autonomia deste Colegiado,  
34 com a mudança de sua natureza jurídica de associação, sendo interessante pensar na  
35 possibilidade de cada MP disponibilizar do seu orçamento uma porcentagem, supondo o valor de  
36 0,01% para a estruturação e manutenção do CNPG, até com a aquisição de um espaço em Brasília.  
37 Com relação ao CNMP, ele acha que não existe concorrência, pois todas as ações do CNMP para  
38 serem efetivadas, necessitam da participação dos MPs estaduais. Ao final, apoiou a concentração  
39 das reuniões do CNPG em Brasília, por serem mais produtivas. Dr. Francisco Das Chagas, PGJ do  
40 Amazonas, saudou a todos os presentes, em especial ao Dr. Oswaldo Trigueiro, pela sua eleição,  
41 continuou dizendo ser favorável a ideia apresentada pelo Dr. Fábio Stica, de sedimentação física  
42 do CNPG em Brasília por razões óbvias. Asseverou que não vê como necessária a mudança do  
43 formato do nosso organismo colegiado, sendo necessário cuidarmos de uma agenda propositiva,  
44 no sentido de se buscar o fortalecimento do MP do ponto de vista nacional. Ao final, desejou boa



CONSELHO NACIONAL  
PROCURADORES-GERAIS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



1 sorte ao novo presidente do CNPG. Em seguida, Dr. Onofre, PGJ do Rio Grande do Norte, falou que  
2 entrou em contato com o Secretário do Colégio de Presidentes do Tribunal do Tribunal de Justiça,  
3 para saber como funcionava a sua estrutura e organicidade daquele colegiado, sendo informado  
4 que os Tribunais de Justiça, em conjunto, financiam mensalmente o Colégio de Presidentes,  
5 através de um convênio, nos moldes proposto pelo Colega Marcelo Ferra, sendo favorável a esta  
6 ideia. Também falou da necessidade de um CNPG mais forte e atuante, como protagonista na  
7 defesa dos interesses do Ministério Público Brasileiro e citou o trabalho conjunto com a CONAMP  
8 no combate à PEC 37, como uma articulação bastante interessante, servindo de exemplo para a  
9 integração pretendida pela presidência. Dr. Oswaldo pediu a palavra e disse que a trabalho  
10 conjunto do CNPG com a CONAMP em relação à PEC 37 está avançando muito, isso porque  
11 tiveram um ponto de referência que é a sede da CONAMP, com todo o apoio e estrutura colocada  
12 à disposição do CNPG, sendo importante a estruturação do CNPG em Brasília nos moldes do  
13 Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça. O presidente também criticou a forma de  
14 deliberação do colegiado acerca dos grupos, falando que é necessário mudanças nas votações dos  
15 colegiados, assim como cobrou a presença dos PGJs nas reuniões do CNPG, como forma de  
16 aproveitar mais os convidados que virão nas próximas reuniões. Em seguida a palavra foi dada ao  
17 Dr. Gilberto Giacoia, PGJ do Paraná, o qual saudou a todos os presentes, falou da atual visibilidade  
18 do Conselho, muito diferente quando o presidiu há 15 anos, também concordou com a  
19 necessidade de mudança do perfil da natureza jurídica do CNPG e com a ideia de financiamento  
20 do CNPG através dos Ministérios Públicos visando uma melhor estruturação do Conselho.  
21 Também asseverou a necessidade de consolidação de uma agenda propositiva do CNPG,  
22 concordando com o estudo sobre a nova estruturação dos grupos do Colegiado. Em seguida a  
23 palavra foi dada ao Dr. Cláudio Lopes, PGJ do Rio de Janeiro, o qual concordou acerca da  
24 concentração das reuniões do CNPG em Brasília, também propôs que as reuniões fossem  
25 concentradas em um só dia, relatou alguns problemas do site do CNPG que estava hospedado em  
26 Roraima, da conta que está no Rio de Janeiro, e que agora o Presidente é da Paraíba, lançando a  
27 proposta de simplificação burocrática para o CNPG. Também fez um resumo da sua administração,  
28 dizendo que buscou sempre dar maior visibilidade ao CNPG, a exemplo da realização do  
29 Congresso Internacional do Ministério Público e várias outras ações nos estados. Por fim, ressaltou  
30 a necessidade de integração com o PGR, Dr. Roberto Gurgel, no sentido de que haja a participação  
31 de um representante dele nas próximas reuniões. Em seguida, a palavra foi dada ao Dr. Marcelo  
32 Weitzel, que saudou a todos e também concordando com a concentração das reuniões em Brasília  
33 e com as propostas de estruturação do CNPG, achando importante a realização de estudos  
34 prévios. Também concordou com a necessária participação do MPF nas reuniões do CNPG e com a  
35 criação de uma agenda pró-ativa para o CNPG. Após, foi dada a palavra à Dr. Eunice Carvalhido,  
36 PGJ do MPDFT, para falar em nome da Comissão de Acompanhamento de Processos nos Tribunais  
37 Superiores, iniciou pedindo desculpas ao colegiado, pois na parte da manhã, em razão do seu  
38 problema de coluna teve que ir à fisioterapia e a uma reunião para tratar do seu orçamento com  
39 os parlamentares do Distrito Federal, parabenizou o novo presidente do CNPG, pediu o desculpas  
40 por não ter ido a sua posse na Paraíba, pois estava com dificuldades de locomoção. Disse que teria  
41 que apresentar um relatório sobre os trabalhos da Comissão do período da gestão de Dr. Cláudio  
42 no CNPG, mas que na presente data não poderia apresentá-lo, pedindo escusas a todos os  
43 presentes. Também noticiou que no dia anterior a Comissão se reuniu, onde foi realizada uma  
44 avaliação do trabalho da Comissão nos Tribunais Superiores, com muitas vitórias alcançadas,



1 salientando o valoroso voto do Ministro Campbell em defesa da legitimidade passiva do  
2 Ministério Público dos Estados. Colocou a disposição para pedir a autorização do Colegiado dois  
3 projetos da sua Comissão. O Primeiro deles é a elaboração de um órgão informativo da Comissão,  
4 revista eletrônica, no sentido de mostrar o trabalho do CNPG nos Tribunais Superiores,  
5 disseminando-o para todos os MPs. A presidência perguntou colegiado se todos estariam de  
6 acordo com esse projeto, o que foi aceito pela unanimidade. Segundo Dra. Eunice, o Segundo  
7 projeto da Comissão seria o desenvolvimento de algumas oficinas de trabalho, alguns Workshop  
8 nos estados visando a estruturação de Assessorias para Recursos Constitucionais nos MPs, ficando  
9 os colegas do Rio de Janeiro responsáveis pela elaboração do projeto. Em seguida, pediu  
10 autorização ao Colegiado para que a Dra. Ines Andreiolo, Promotora de Justiça do Rio de Janeiro,  
11 fizesse uma rápida apresentação sobre o projeto. Assim, a presidência passou a palavra a Dra.  
12 Inês, que informou que é integrante da Assessoria de Recursos Constitucionais do Estado do Rio  
13 de Janeiro, continuou apresentando projeto e ao final, concluiu agradecendo o espaço e o  
14 dizendo ainda que esse projeto teve a colaboração da Dra. Ana Luiza do Rio Grande do Sul. Com a  
15 palavra, a presidência por deliberação do colegiado, decidiu que o Ministério Público que queira  
16 aderir ao Projeto de assessorias para recursos constitucionais nos tribunais superiores, solicite,  
17 via secretaria executiva, o agendamento do Workshop. Em seguida, a presidência passou a palavra  
18 à Dra. Patrícia, PGJ do Acre, a qual saudou a todos, em especial o presidente, continuou falando  
19 que o seu assunto é sobre a decisão do STJ, que teve o relator o Ministro Campbell, que confirmou  
20 a legitimidade do Ministério Público Estadual em atua perante os Tribunais Superiores. Para ela,  
21 foi uma vitória histórica do MP dos Estados. Informou ainda que o MPF tem se articulado, através  
22 dos Sub-Procuradores da República no sentido de desconstituir tal decisão do STJ.  
23 Entende a PGJ, que esse assunto dever ser tratado como prioritário pelo CNPG e deliberado da  
24 forma mais célere pelo Colegiado. Pedindo a palavra, Dr. Márcio Rosa, PGJ de São Paulo, lançou  
25 uma proposta de que fossem apresentados memoriais aos Ministros do STJ, com razões que  
26 sustentem o voto do Ministro Campbell. Sugerindo, ainda, que o PGR fosse informado de que tal  
27 trabalho seria feito pelo CNPG. A presidência colocou em discussão a proposta do PGJ de São  
28 Paulo, entendendo como mais prudente ter o primeiro contato com o PGR, para depois serem  
29 entregues os memoriais aos Ministros do STJ. Dr. Fábio Stica, PGJ de Roraima, concordou com a  
30 prudência do presidente, em primeiro contatar o PGR acerca do assunto, solicitando uma  
31 audiência. Em seguida, o presidente pediu aos PGJs do Acre, São Paulo, Roraima e Rio que  
32 compilassem o material para ser apresentado aos Ministros do STJ, ficando a presidência  
33 responsável por marcar uma audiência como PGJ para informá-lo desta deliberação. O presidente  
34 também lembrou ao Colegiado que no dia seguinte teria a fala do Dr. Gurgel para o colegiado, às  
35 9hs, o qual solicitou a presença de todos. Após passou a tratar do local calendário das reuniões,  
36 ficando decidido pelo Colegiado que as reuniões ordinárias permaneçam em Brasília, podendo  
37 durante o ano de 2013 serem realizadas três reuniões nos Estados, e conforme solicitado por Dr.  
38 Marcelo Ferra, PGJ do Mato Grosso, a data da próxima reunião ficou marcada para os dias 10 e  
39 11/12, com início às 9hs, sendo um dia e meio de reunião, coincidindo com a semana de sessão  
40 do CNMP, o que foi aceito pelo Colegiado, como forma de experiência. Após, Dr. Fenelon, PGJ de  
41 Pernambuco pediu a palavra para fazer um breve relato sobre o grupo do CNPG que trabalha no  
42 combate a violência nos estádios, sob a coordenação do Procurador de Justiça de Minas Gerais,  
43 Dr. Baeta, e que também estão trabalhando na comissão de reforma do estatuto do servidor.  
44 Solicitou, a pedido do Coordenador, autorização ao Presidente para a realização das próximas



1 reuniões, em razão da relevância do trabalho deste grupo. Com a palavra, o presidente falou da  
2 necessidade da discussão no colegiado sobre a reestruturação dos grupos do CNPG e que cada  
3 grupo terá na próxima manhã 20 minutos para apresentar os seus resultados. Assim, continuou  
4 dizendo que já falara com o Dr. Baeta, no sentido de que ele aguardasse a reunião de amanhã,  
5 pois dela resultará a nova formatação de cada grupo. Dr. Fenelon, PGJ de Pernambuco, pediu para  
6 acrescentar que existe um protocolo de intenção entre aquele grupo e a CBF, nesse trabalho de  
7 combate a violência nos estádios. Em seguida, pediu a Palavra Dr. Francisco das Chagas, PGJ do  
8 Amazonas, que criticou a aprovação pelo Colegiado do CNPG e pelo CNMP de uma Resolução  
9 CNMP que condicionou a concessão de férias do membro designado para a função eleitoral a  
10 anuência expressa do Procurador Regional Eleitoral, entendendo por ser uma questão muito  
11 grave. O presidente leu a ata da referida Sessão onde ocorreu a aprovação da minuta da  
12 Resolução em Comento, proposta pelo Conselheiro Jarbas Soares, dizendo que o Conselheiro  
13 trouxe a minuta e que só a a apresentaria no Plenário do CNMP se o Colegiado do CNMP a  
14 aprovasse, o que de fato ocorreu. Assim, o Presidente encerrou as discussão acerca da referida  
15 resolução. Pedindo a palavra, Dr. Marcelo Ferra, PGJ do Mato Grosso, colocou que o colegiado  
16 deve ter mais cuidados com o que se aprova, solicitando também que questões relevantes  
17 tenham um quorum qualificado para serem aprovadas e que sejam colocadas previamente na  
18 pauta da reunião ordinária, para a ciência de todos. Tal proposta foi aceita pelo Colegiado. Em  
19 seguinte, o Presidente deliberou sobre os encaminhamentos finas da reunião. O primeiro  
20 encaminhamento, ficou sob a responsabilidade do Dr. Marcelo Ferra, PGJ do Mato Grosso, que é  
21 apresentar ao Colegiado minuta acerca da solução e/ou formato jurídico de cooperação entre MPs  
22 e o CNPG, circularizando, através da presidência, aos demais PGJs para sugestões/emendas. O  
23 segundo encaminhamento, ficou sob a responsabilidade do Dr. Gilberto Giacoia, a realização de  
24 estudos sobre um novo formato para a natureza jurídica do CNPG. O terceiro encaminhamento,  
25 ficou sob a responsabilidade do Dr. Fábio Stica, PGJ de Roraima, a avaliação da modificação  
26 legislativa das Leis Orgânicas dos MPs para custeio permanente e viabilização estrutural do CNPG,  
27 assim como a realização de estudos de revisão do Estatuto do CNPG. Dr. Fábio Stica, falou da  
28 necessidade de ser criada uma comissão para a revisão do estatuto, o que de pronto foi aceito  
29 pelo colegiado, determinando a presidência que todos os vice-presidentes ficariam responsáveis  
30 pela reforma do estatuto, ficando a cargo da presidência, ao final, trazer uma proposta de  
31 modificação estatutária. Em seguida, Dr. Maria Creuza, representando Orlando Rochadel, PGJ de  
32 Sergipe, informou ao colegiado da recondução do Dr. Orlando ao cargo de PGJ de Sergipe.  
33 Voltando a palavra ao Presidente, Dr. Oswaldo Trigueiro, que agradeceu a todos dizendo que o dia  
34 tivera sido muito produtivo, informando que no dia seguinte, o colegiado terá a visita do PGR, Dr.  
35 Roberto Gurgel, às 9hs. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por  
36 mim, Adrio Nobre Leite, Secretário-Executivo, lavrada a presente ata.

37

38

39

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho  
Presidente do CNPG

40

41

42

43

Adrio Nobre Leite  
Secretário Executivo do CNPG

44